

A produção de economistas e o produto de economistas

CLÁUDIO DE MOURA CASTRO *

I — Introdução

Sem querer entrar a fundo em taxonomias profissionais, parece ser possível caracterizar certos títulos de cursos que levam diretamente a categorias profissionais bem definidas e de ampla utilização em uma sociedade moderna. Um mesmo nome indica uma ciência e uma profissão. Nestes grupos estão os cursos de engenharia, formando engenheiros que constroem casas, pontes e que operam indústrias. Estão também os médicos e dentistas cuidando da saúde. E também veterinários, gerais e padres. O bom senso elementar indica que nestes cursos deve graduar-se um número próximo ao que o mercado possa absorver nessas funções.¹ Além disso, deve haver um excedente de pessoas para transmitir esse tipo de conhecimento (os professores) e outro tanto para promover e ampliar o seu estoque (investigadores e cientistas).

Por outro lado, há disciplinas para as quais não há praticantes no sentido mencionado no parágrafo anterior. História da Filosofia, Arqueologia, Paleontologia e Antropologia estariam nessa categoria. São ciências, mas só são profissões para aquele grupo restrito que vai ensinar ou ampliar os conhecimentos. A sua importância e utilidade são indiscutíveis; algumas são de uso e aplicação restrita; outras, como a Filosofia, alargam nossos horizontes dando perspec-

* Do Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômica Latino-Americana.

¹ Nossa discussão nada tem a ver com os problemas espinhosos de determinação deste número.

tiva à nossa maneira de pensar e de ver o mundo. Mas de todo modo, como profissão, ocupam apenas aqueles que ensinam e pesquisam.

Discutidos esses dois casos extremos, podemos compreender melhor a situação de algumas disciplinas que se colocam em uma posição intermediária, no sentido de que além de pesquisa e ensino absorvem uma faixa estreita de praticantes. Nesta situação estão disciplinas como a Sociologia, a Ciência Política e a Economia.

Conhecimentos de teoria econômica são de extrema utilidade em um número bastante amplo de profissões. Da mesma forma são úteis e importantes os conhecimentos de Matemática, Línguas e Datilografia.

Existem inúmeras ocupações exigindo qualificações mal definidas mas que têm como denominador uma visão social e um bom nível de cultura geral. Diante da impossibilidade de uma formação mais específica, um Curso de Economia talvez possa ser o melhor treinamento formal. Há uma ou duas décadas, o Curso de Direito seria escolhido nesses casos. Estariam nessa categoria altas posições de *decision-making*, especialmente nas burocracias governamentais. Devemos, entretanto, entender muito claramente que Economia, nesta situação, é apenas uma versão modernizada da formação humanística polivalente tradicionalmente requerida nessas ocupações.

Admitimos então cinco possibilidades de utilização dos conhecimentos da Economia: i) em forma de "cursos soltos", rudimentos de economia tenderão a se tornar obrigatórios em cada vez maior número de carreiras profissionais; ii) carreira em Economia como *ersatz* para a formação humanística polivalente; iii) magistério; iv) pesquisa ou investigação científica, visando a ampliar nosso conhecimento da dimensão econômica da sociedade; e v) economistas profissionais.

Passaremos em seguida a examinar as duas últimas categorias. É desnecessário insistir na diferença entre as Ciências Naturais e as Sociais. A multiplicidade de dimensões e variáveis envolvendo um problema e a grande importância relativa de componentes aleatórios emprestam um caráter precário e meramente sugestivo às leis

e regularidades econômicas.² Isto exige do pesquisador maior versatilidade e sensibilidade. Apesar do grande avanço observado no instrumental de análise à disposição do investigador, *o que se exige não é o uso de instrumental sofisticado mas o uso sofisticado do instrumental*. Todo estudante de Economia já foi apresentado à famosa e ampla lista de requisitos pessoais para ser um economista, sugerida por Marshall.³ Possivelmente, nas Ciências Sociais são menores as possibilidades de especialização dentro da profissão, o que leva à exigência de uma formação mais completa de cada pesquisador.

Entretanto, talvez a grande diferença com relação às Ciências Sociais esteja não no que se exige dos pesquisadores mas no que se requer dos profissionais. Há muita diferença entre um bom engenheiro profissional e um pesquisador no mesmo campo. O primeiro aplica uma parte pronta e arrematada da ciência, enquanto o segundo faz avançar o conhecimento. Não se trata de maior ou menor competência, mas sim de tarefas diferentes, exigindo aptidões também diferentes. No caso das Ciências Sociais, isto parece ser menos verdadeiro. Como bem enfatizou a “Escola de Cambridge”, a ciência econômica nos oferece apenas um instrumental conceptual (*tool kit*). Não há fórmulas para aplicar ou leis para observar ao pé da letra. Há somente um estilo de observação, um treinamento intelectual. Dessa forma, o “economista profissional” pouco difere dos seus colegas pesquisadores, seja em termos do tipo de trabalho que realiza ou dos requisitos pessoais para o bom desempenho. Em outras palavras, pouco diferem produtores e consumidores de teoria econômica.

Como corolário, exige-se muito do economista profissional. Talvez ele não tenha que montar modelos teóricos, mas escolher entre as inúmeras teorias existentes não será mais fácil e tampouco é uma tarefa que o distinga do cientista.

² A. Marshall, *Principles of Economics*, nona edição, Variorum (London: Mac Millan, 1961), pp. 43-44.

³ *Ibid.*, pp. 43-48.

É possível ilustrar algumas das idéias discutidas acima com alguns dados empíricos. Como fonte básica de informação utilizaremos uma pesquisa realizada pelo IDEG.⁴

Foi coletada uma amostra de cerca de 40 economistas, escolhidos de um painel composto de economistas de competência e reputação bem estabelecida.

É de suma importância compreender a natureza do processo de seleção da amostra. Não se procurou gerar uma amostra que representasse a estrutura ocupacional daqueles que se formaram *em Economia*, mas sim daqueles que *trabalham como economistas*.⁵ O painel buscou uma amostra que representasse as atividades profissionais típicas dessa carreira.⁶ Deve-se também entender que propositadamente foram escolhidos profissionais bem sucedidos e bem ajustados a suas ocupações. Poderíamos dizer que são paradigmas de um grupo ocupacional.

As proporções com que cada setor participa na amostra não representam rigorosamente a estrutura ocupacional dos “economistas profissionais” (esta expressão fica daqui por diante definindo aqueles que trabalham em ocupações que neste trabalho serão definidas como próprias do economista), embora não pareça haver distorções óbvias. Observa-se que 28% estão no setor empresarial, enquanto 25% trabalham para o Governo ou institutos de pesquisa.⁷

4 As tabulações originais dos questionários utilizados para seus “Informativos Profissionais”, foram-nos gentilmente cedidas pelo Dr. José Carlos Figueiredo, Secretário-Executivo do IDEG (Instituto de Desenvolvimento do Estado da Guanabara) e Coordenador dessa investigação. O estudo será divulgado com o título *O Economista*.

5 Um exemplo exagerado talvez ilustre melhor o critério. Se houvesse 1.000 graduados, dos quais estivessem 990 trabalhando como vendedores e 10 no departamento de análises econômicas de um banco de desenvolvimento, a amostra seria escolhida apenas entre estes últimos 10 técnicos.

6 Com amostras de tamanhos tão reduzidos, este procedimento é muito mais aconselhável do que processos aleatórios.

7 O painel de 40 economistas escolhido pelo IDEG teve a seguinte distribuição por área de atividade dos entrevistados: área governamental, 12%, financeira, 30%, empresarial, 28%, fundações e institutos de pesquisa, 13%, escritórios de projetos, 9%, órgãos de classe, 5%.

Todos os economistas escolhidos pelo painel têm cursos de especialização ou pós-graduação (24 no Brasil e 16 no exterior). É significativo que o painel não tenha escolhido um único profissional que não tivesse mais do que o diploma.⁸ De certa forma, isto reforça o que dissemos sobre a orientação acadêmica da profissão e o alto nível de treinamento exigido.

Perguntou-se aos entrevistados quais as qualidades necessárias para o desempenho da profissão. O trabalho do IDEG sumaria as respostas em seis categorias: “boa cultura geral”, “adequada formação técnica”, “espírito de pesquisa”, “capacidade de expressão oral e escrita”, “capacidade de raciocínio lógico e analítico” e “personalidade e espírito de liderança”.⁹ A última categoria apresentada no trabalho final do IDEG não nos parece uma interpretação adequada das respostas, visto que de um total de 112 respostas poucas nos pareceram poder ser sumariadas pela expressão “personalidade e espírito de liderança”.¹⁰ Se é procedente a nossa crítica, eliminada a última categoria o perfil coincide mais ainda com o de um cientista. Incluiríamos, por outro lado, o “bom senso”, que aparece nove vezes, como confirmando o que dissemos sobre o caráter provisório, inconclusivo e contingente das Ciências Sociais.

É de se notar, inicialmente, que as respostas referem-se ao que os entrevistados crêem ser necessário para o exercício da profissão *em geral* e não para o desempenho de suas ocupações pessoais. Mas o ponto fundamental é que temos claramente a descrição do perfil profissional de um cientista ou pesquisador, sendo difícil imaginar que aquelas características fossem exigidas de um engenheiro, um médico ou um executivo.

Um detalhe interessante observado é a grande consistência das respostas a uma pergunta “aberta” e a ausência de diferenciação entre economistas de diferentes gerações.

⁸ Se um painel equivalente estivesse escolhendo engenheiros ou advogados duvidamos que isto acontecesse.

⁹ IDEG, *op. cit.*, p. 6.

¹⁰ “Personalidade” aparece uma só vez, “espírito de liderança” também uma só. As únicas outras respostas que talvez pudessem ser enquadradas nesta categoria foram: “procurar e enfrentar desafios” e “coragem de propor mudanças”.

2 — O reino encantado do microeconomista

De algumas décadas para cá criou-se uma dicotomia básica, inexistente nos clássicos ou neoclássicos: a Macro e a Microeconomia. Machlup discute exaustivamente as dificuldades de se estabelecer um critério satisfatório de demarcação de fronteiras¹¹ e não nos cabe insistir no tema, de resto tão estéril. Para simplificar, podemos dizer que na Microeconomia a unidade de estudo é o consumidor, a firma, a indústria, em contraste com os enfoques globalizantes e de equilíbrio geral da Macroeconomia.

O assunto "Microeconomia" é suficientemente amplo para que possa englobar coisas muito diferentes.

Sob o título de "custos" pode-se falar de curvas envolventes de longo prazo, custos marginais, ou critérios de rateio de despesas administrativas, fichas tríplexes, etc. Conseqüentemente, imaginamos um diálogo muito precário entre um economista de formação "à la" Henderson & Quandt e um publicitário da McanErikson discutindo o comportamento de um consumidor. Não adianta muito indagar da essência ou da verdadeira natureza da Microeconomia. Muitas coisas têm o direito de serem chamadas de Microeconomia.

Gostaríamos de centrar nossa discussão em termos de duas indagações: i) O que as escolas ensinam como Microeconomia? ii) O que existe imediatamente disponível e que seja aplicável à tomada de decisões *dentro* da firma individual e concreta?

A Microeconomia convencional ensinada nas Escolas de Economia é um produto bastante homogêneo. Como adiante tentaremos mostrar mais sistematicamente, os cursos são moldados em esquemas conceptuais pouco variados, da mesma origem, e apoiados em bibliografia muito semelhante.

Examinando as listas de leitura de algumas Faculdades de Economia, podemos ver claramente a repetição dos títulos em Introdução à Economia e Microeconomia: Samuelson (introdução), Lipsey, Heilbroner, Stonier and Hague, Stigler, Henderson e Quandt, Leftwich.

¹¹ Machlup, *Essays on Economic Semantics* (New Jersey: Prentice-Hall, 1963), pp. 97-144.

Nestes textos obtém-se uma visão bastante convergente do que seja a Microeconomia. Em uma avaliação recente dos avanços da Microeconomia, M. Shubik comenta o conteúdo dos textos contemporâneos: ¹² “O consumidor com sua curva de indiferença confronta-se com um sistema de preços que funciona suavemente para a firma operada individualmente, que maximiza seus lucros. O seu proprietário combina os fatores igualando produtos, custos e receitas marginais de tudo com tudo. Curvas de oferta e demanda são derivadas e por três quartos de um semestre funciona em estilo neomarkaliano um mercado de classe média-alta ocidental, caído do céu e sem perturbações institucionais.” Embora os textos mais elementares apresentem algum conteúdo institucional, tão logo nossos estudos se tornam avançados não nos damos mais ao trabalho de diferenciar entre a General Motors e uma quitanda. No manual introdutório de Samuelson são caracterizadas as diferenças institucionais pertinentes, o que não acontece no seu “Foundations” ou em Henderson & Quandt. E, como se tem chamado a atenção, “o desenvolvimento gradual da empresa moderna fez com que o empresário da teoria econômica clássica tenha-se tornado uma figura irreal em boa parte das economias industriais típicas”. ¹³ Shubik é bastante cético quanto ao nível de realismo contido nas análises microeconômicas convencionais. ¹⁴ Não nos cabe aqui tomar partido nesse tipo de controvérsia. Contudo, o tom da discussão deixa claro que estamos tratando de avaliar um instrumental de análise da empresa vista de fora para dentro. É uma teoria para espectadores e não para participantes do sistema econômico. Quando falamos da Microeconomia convencional referimo-nos a um exame da unidade de produção (ou consumo) despojado da riqueza institucional e das idiossincrasias pessoais das pessoas. Embora os esquemas possam ser relevantes para entender o funcionamento do sistema, como con-

¹² M. Shubik, “A Curmudgeon’s Guide to Microeconomics”, in *Journal of Economic Literature*, vol. VIII, number 2 (June, 1970), p. 406.

¹³ *Ibid.*, p. 413.

¹⁴ “Se o economista não tem uma boa dose de senso ou sensibilidade para questões de Economia, Ciência Política, Psicologia ou Sociologia, ele poderá se satisfazer com o nível de generalidade da análise das curvas de indiferença.” Shubik, *op. cit.*, p. 407.

junto de instruções para tomada de decisão são perfeitamente inúteis. A nível das situações concretas, onde decisões têm que ser tomadas, o “ruído” das instituições e do comportamento individual exige um tipo de teorização diferente.

A um nível de generalização analítica bem mais modesto, existe o que se costuma chamar de *managerial economics*, voltada para o desenvolvimento do instrumental para tomada de decisão “dentro” da empresa. Os cursos de “Economia Empresarial” nos Estados Unidos não são oferecidos nos Departamentos de Economia e, no Brasil, tampouco incluídos nos currículos de Economia.¹⁵ Nesses cursos discutem-se pontos de nivelamento (*break-even point*), *mark-up*, talvez critérios de rateio de custos indiretos e outras técnicas desse tipo, cuja validade não cabe aqui avaliar.

Em suma, a nossa Microeconomia convencional é uma parente muito próxima da Macroeconomia, e parente um tanto longínqua de conhecimentos que sirvam para gerir uma organização econômica. É uma disciplina de investigação científica. O que poderíamos chamar de “Microeconomia Aplicada” refere-se ao uso de conceitos econômicos a estudos e pesquisas sobre empresas e consumidores e não a técnicas de tomada de decisão para participantes concretos e individuais dentro do sistema.

Programação Linear e Pesquisa Operacional são cursos atualmente oferecidos em muitas faculdades. Mas é preciso que se entenda que são muito remotas as possibilidades de operacionalização, a nível de firma individual, de programação linear, teoria das filas e os outros tópicos usuais nestes cursos. A única possível exceção é o PERT, que costuma ser um capítulo de cursos dessa natureza.

Desenvolvimentos recentes na área da Microeconomia prenunciam técnicas que possam tornar-se altamente operacionais a nível de empresa. Shubik vê boas perspectivas para estudos em teoria da organização compreendendo uma combinação de Economia, Pesquisa Operacional, Psicologia Social e Inteligência Artificial.¹⁶ Os jogos de empresa assistidos por computadores fazem parte dos pro-

¹⁵ Esta afirmativa está baseada em breve investigação que fizemos em algumas Escolas de Economia na Guanabara, Estado do Rio, São Paulo e Minas Gerais.

¹⁶ M. Shubik, *op. cit.*, p. 417.

gramas convencionais das Escolas de Administração de Empresas dos Estados Unidos. Mas, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, esses “jogos” são inéditos na área de ensino da Economia.

Espera-se que os avanços na teoria e prática da Matemática Aplicada, especialmente programação matemática e simulação combinadas com teoria dos jogos, teoria de oligopólio e novas hipóteses de comportamento do empresário possam, em alguns anos, dar lugar a uma outra Microeconomia. Quando isto acontecer, talvez Microeconomia e *managerial economics* possam tornar-se uma matéria só. Por enquanto, temos economistas com esquemas gerais, elegantes e somente utilizados como bagagem conceptual para pesquisa e, de outro lado, administradores com fórmulas deselegantes e pobres em teorias, mas operacionais.

3 — O mercado para os economistas

3.1 — Onde pode trabalhar um economista profissional

Na pesquisa realizada pelo IDEG entre economistas profissionais,¹⁷ grande ênfase foi dada à definição do mercado de trabalho. Nesta seção, usaremos os resultados dessa pesquisa, cabendo, portanto, advertir novamente o leitor para a natureza do processo de amostragem utilizado.

Pediu-se aos entrevistados que indicassem os setores de atividades onde era possível o exercício da profissão de economista (Tabela 1). A comparação do mercado no início da carreira, atualmente e no futuro, praticamente não revela tendências seculares nos diferentes setores. Julgam todos, apenas, que o mercado governamental reduziu-se relativamente, embora tenha agora se estabilizado. Esta redução relativa deve-se a uma maior expansão do mercado empresarial e financeiro e das consultorias.

Em termos gerais, essa tabela representa a idéia que tem o painel de entrevistados sobre o mercado para economistas. E é dessa maneira que deve ser entendida: a opinião de economistas competentes e bem sucedidos sobre a estrutura do mercado para os seus pares.

¹⁷ IDEG, *op. cit.*, *passim*.

TABELA 1

Opinião dos entrevistados classificados segundo tempo de formados sobre os setores de atividades adequadas ou apropriadas para o exercício da profissão (distribuição percentual)

Setores de Atividade	Início da Carreira	Atualmente	No Futuro
Governamental.....	43,3	27,2	29,5
Financeiro.....	12,5	22,8	18,8
Órgãos de Classe.....	4,1	0,8	—
Fundações e Institutos de Pesquisa.....	8,3	9,3	11,3
Escritórios de Projeto e Consultoria.....	4,1	8,4	10,3
Empresas.....	22,3	30,0	28,3
Docência.....	2,7	2,5	1,8
Outras.....	2,7	—	—
Total.....	100,0 (72)	100,0 (118)	100,0 (106)

FONTE: IDEG, *op. cit.*

O mercado empresarial absorveria uma proporção equivalente àquela que absorve na distribuição do painel por setores (20 a 30% em ambos). O setor governo está subestimado no painel (12% contra 30% de indicações). O setor financeiro, por outro lado, está superestimado (30% de entrevistados para 20% de indicações). As diferenças em todos os casos são relativamente pequenas, considerando-se o tipo de comparação que se está fazendo. Em suma, o painel do IDEG confirma a própria representatividade da sua distribuição. Esse resultado deve ser interpretado com particular cautela; porém, não deixa de sugerir, ainda que de maneira tosca, a estrutura do mercado para com os economistas profissionais.

O questionário indagou também dos entrevistados a respeito dos tipos de especialização permitidos pela carreira. Estamos interessados em definir o mercado do economista, mas, como ficará claramente documentado no decorrer deste trabalho, a fronteira com a administração de empresas é nebulosa e controversa. Visando a delimitar melhor essa fronteira, classificamos as respostas em cinco grupos (Tabela 2).

TABELA 2

Tipos de especialização que a carreira permite e freqüência das respostas

1 – <i>Economia</i>	
Mercado Financeiro e Monetário	8
Câmbio e Comércio Internacional	8
Planejamento Macroeconômico	7
Projetos Econômicos	3
Política Econômica, Fiscal, Monetária, Creditícia	1
Planejamento Econômico em diversos níveis	5
Assessoramento em alto nível às Empresas Governamentais	1
Planejamento	2
Problemas Regionais	9
Economia Agrícola	2
Economia de Transporte	3
Análise e Elaboração de Projetos	9
Economia e Aproveitamento de Recursos Naturais	1
Estudos Econômicos que digam respeito ao Desenvolvimento Nacional incluindo Mercado Externo e Empresas Privadas	1
Atividades de Natureza Social, Econômica, Financeira e Educacionais	1
Econometria	2
Programação Econômica	1
Moeda e Crédito	1
Análise Econômica	1
Economia da Habitação (síntese financeira)	2
Finanças Públicas	1
Desenvolvimento Econômico	1
Política Tributária, Econômica, Fiscal	2
Política Cambial	1
Pesquisas Sócio-Econômicas	1
	74 (52,2%)
	(continua)

(continuação)

2 – <i>Administração</i>	
Problemas das Empresas: Microeconomia	14
Controle	2
Custos	4
Marketing (processo de compra e venda)	2
Orçamento: Análise de Custo de Produção	4
Análise do Patrimônio	1
	<hr/>
	27 (19,0%)
3 – <i>Economia + Administração</i>	
Mercado de Capitais	15
Problemas Fiscais	2
Economia Industrial	1
Pesquisa de Mercado	1
Análise de Mercado	2
Orçamentos	2
Administração Financeira	4
Aconselhamento e Assessoria à Direção de Empresas (pública e privada)	7
Economia de Produção	2
Análise Financeira	2
Diagnósticos Empresariais	1
Análise de Rentabilidade	1
Análise de Investimento	1
	<hr/>
	41 (28,8%)
	<hr/>
	100%
4 – <i>Magistério</i>	1
5 – <i>Instrumentais</i>	
Técnicas Quantitativas	1
Pesquisa Operacional	2
Processamento de Dados	3
Matemática Financeira	1
Pesquisa	1
	<hr/>
	8

FONTE: Questionários IDEG, *op. cit.*

Na Seção 3.3 analisaremos com mais profundidade os critérios utilizados para a classificação. Por enquanto, vale apenas dizer que classificamos como Economia especializações próximas a cadeiras de Economia, como Administração, especializações cuja preparação teórica seria feita em cadeiras de Administração de Empresas e, como Economia e Administração, as especializações ambíguas, o que nos evita o risco de errar na qualificação. As categorias restantes – magistério e instrumentais – não caracterizam a fronteira que tentamos delimitar.

Os resultados indicam que metade das especializações (52,2%) pode ser enquadrada como Economia, 20% como Administração e 30% são ambíguas (instrumentais e magistério excluídos da proporção).

Outra pergunta incluída no questionário indagava a respeito da distribuição das tarefas efetivamente executadas pelos economistas profissionais brasileiros. A listagem das respostas foi classificada pelos mesmos critérios mencionados na pergunta precedente, estando os resultados apresentados na Tabela 3. Observamos que mais da metade (55%) indicou tarefas que podem ser consideradas como sendo caracteristicamente de economista. Quase 20% indicaram tarefas tipicamente de Administração de Empresas, enquanto que quase 30% apresentaram opções ambíguas.

É interessante notar que mesmo nessa amostra já podemos vislumbrar uma contradição que julgamos permear toda a problemática da opção entre Economia e Administração. Os economistas indicam como tarefas e campos de especialização áreas que a rigor não são de Economia. Embora a proporção de tarefas e especialização fora da Economia não seja de grande monta, não há razão para que apareça um número substancial de respostas dessa natureza em uma amostra de economistas de boa reputação.

Segundo os informantes, menos de 30% dos empregos disponíveis são enquadrados em empresas. Entretanto, quando indagamos a respeito de tarefas realizadas e especializações, podemos verificar que há muitas respostas incompatíveis com a formação recebida na Universidade, isto é, muitas indicações correspondem a atividades mais em linha com o currículo usual de Administração de Empresas.

TABELA 3

Distribuição das tarefas executadas atualmente pelos economistas profissionais brasileiros

1 — <i>Economia</i>	
Assessoria Financeira	1
Legislação Fiscal e Tributária	1
Projetos de Financiamentos	1
Análise Econômica	1
Análise de Dados Econômicos Existentes	1
Pesquisas Econômicas	1
Planejamento Econômico	3
Planejamento Geral (mercado restrito)	1
Análise de Crédito e Investimento	3
Análise de Produtividade	1
Análise do Mercado Acionário	2
Análise do Sistema Habitacional	1
Planejamento Micro e Macro	3
Planejamento do Mercado de Capitais	2
Planejamento Regional	1
Setor Público — Elaboração de Sistemas Macroeconômicos	1
Setor Público — Política Tributária e de Incentivos Fiscais	1
Tarefas na Área de Desenvolvimento em Geral	1
Pesquisa e Planejamento	1
Avaliação e Elaboração de Projetos	1
Análise Conjuntural	1
Setor Industrial e Comercial	1
Estudos e Análises Regionais, Nacionais e Internacionais	1
Formulação de Política Econômica e Fiscal de Desenvolvimento Econômico	1
Pesquisas mais Abstratas	1
Projeto de Financiamento	1
Análise da Situação Sócio-Econômica do País	1

(continua)

(continuação)

Projetos Relacionados a Problemas Urbanísticos	1
Pesquisas de Caráter Universitário	1
Preparação de Projetos, de Planos Globais, Regionais e Setoriais	1
Assessoria Econômica a Órgãos Públicos e Empresas Privadas	3
Comércio Exterior	1
Planejamento Macroeconômico	1
Projeto Microeconômico	1
	<hr/>
	46 (54,8%)
2 — <i>Economia e Administração</i>	
Confecção de Orçamentos	1
Análise de Rentabilidade	3
Produção (Problemas da)	1
Administração Financeira	2
Assessoramento	1
Pesquisas de Mercado	1
<i>Marketing</i> Global	4
Estudo de Mercado	1
Mercado de Capitais	3
Análise de Investimentos	2
Análise de Mercado	1
Planejamento Financeiro	2
Controle	1
	<hr/>
	23 (27,4%)
3 — <i>Administração</i>	
Organização e Métodos	1
Análise de Balanços de Empresas	1
Custos	1
Gerência Financeira	1
Executivo (Área de Administração)	1
Análises de Sistemas Orçamentários	1
Setor Empresarial — Modernização dos Métodos Gerenciais de Empresa	1

(continua)

(continuação)

Análise de Custos das Empresas	1
Empresa Privada — Administração, Planejamento da Produção, Custos com Especialização	1
Análises de Empresas	1
Treinamento para Formação de Futuros Executivos de Empresas	1
Racionalização do Processo Produtivo	1
Planejamento Comercial	1
	<hr/>
	15 (17,8%)
	<hr/>
	100%
4 — <i>Instrumentais</i>	
Análise Operacional	2
5 — <i>Magistério</i>	
Professor Universitário	1

FONTE: Questionários IDEG, *op. cit.*

3.2 — Onde trabalham os graduados das Escolas de Economia

Nesta seção gostaríamos de comparar o mercado dos economistas profissionais, tal como caracterizado pela amostra do IDEG, com a estrutura ocupacional efetivamente observada para os graduados de uma Faculdade de Economia. Usaremos para isso uma pesquisa realizada pelo autor em 1968/69.¹⁸ A amostra utilizada tem um *bias* claro e acentuado. Foram entrevistados graduados das Faculdades de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. A julgar pelos exames de admissão aos cursos de pós-graduação brasileiros, onde os alunos daquela Faculdade obtêm a melhor relação “candidato/aprovação” do País, esta deve ser uma das melhores existentes. É razoável, portanto, esperar que os empregos mais desejados, que são os que se enquadram na categoria que

¹⁸ Ver Cláudio de M. Castro, “O Que Faz um Economista?”, in *Revista Brasileira de Economia* (outubro/dezembro de 1970).

definimos como “economista profissional”, sejam desproporcionalmente obtidos por graduados dessa Escola. A coleta de dados, por outro lado, concentrou-se nas organizações que individualmente empregam muitos economistas, tais como universidades, governo e bancos. Nesses órgãos é maior a probabilidade de que um graduado esteja realmente trabalhando como economista profissional. Devido a restrições de tempo e dificuldades materiais não foi possível coletar uma amostra que representasse proporcionalmente o grande número de graduados que trabalham em firmas e indústrias de menor porte, onde dificilmente há campo para o exercício da profissão. A conjugação dessas duas circunstâncias leva a uma subestimação do número de economistas que trabalham em funções para as quais não foram especificamente preparados (economistas em funções administrativas e gerenciais nas empresas) e, conseqüentemente, superestimação do número de “economistas profissionais”.

Observamos que cerca de três quartos dos graduados trabalham em setores públicos ou semipúblicos. Contudo, 30% têm mais de um emprego, sendo, quase sempre, este segundo emprego de professor.

Examinando os cargos e funções exercidos por economistas constatamos que 68% dos entrevistados ocupam cargos que podem ser em princípio compatíveis com a formação de economista. No entanto, examinando a descrição do trabalho oferecida por cada respondente, notamos que apenas 53% encontravam-se em posições que pudessem ser consideradas compatíveis com o currículo do curso.

Tampouco têm os graduados uma noção exata da utilização ótima dos conhecimentos adquiridos na Faculdade, pois apenas 61% aspiravam a carreiras que, segundo os nossos critérios, pudessem ser consideradas como de economistas profissionais. Mais diretamente ligado com a questão que estamos discutindo, cerca de um quarto dos respondentes assinalou a “Economia de Empresa” como aspiração de trabalho. Como já mencionamos, as nossas Escolas de Economia não ensinam “Economia de Empresa”.¹⁹

Indagando quais as cadeiras consideradas mais úteis à atual ocupação, verificamos que “os economistas entrevistados valem-se tanto

¹⁹ Este ponto será retomado mais adiante.

do conhecimento de três cursos de administração incorporados ao seu currículo quanto de todos os cursos de Economia do programa".²⁰ Quanto às cadeiras que os entrevistados gostariam de ver introduzidas no currículo de Economia, notamos que 52% das respostas referem-se a cadeiras de Administração, confirmando o mesmo tipo de tendência verificada na pergunta anterior. Ainda na mesma linha de indagações, verificamos que os entrevistados consultam livros de Administração de Empresas quase que tão freqüentemente quanto os de Economia.

Em resumo, dois terços dos entrevistados indicam que trabalham em funções de economistas, mas, avaliando a descrição do seu trabalho, suas leituras e os cursos que eles consideram mais úteis à atual ocupação somos levados a acreditar que destes apenas a metade realmente trabalha como economista profissional. Ademais, o processo de amostragem implicou ampla sub-representação daqueles economistas que trabalham em empresas comerciais e industriais e que, portanto, menos freqüentemente têm ocupações compatíveis com a formação de economistas. Uma amostra representativa da situação nacional indicaria uma fração muito menor do que a metade de graduados trabalhando, de fato, como economistas profissionais.

3.3 — O superdimensionamento do mercado empresarial e o mito do microeconomista

Um exame dos resultados da pesquisa do IDEG e da nossa própria permite derivar algumas conclusões importantes. As universidades e centros de pesquisa absorvem uma proporção considerável de economistas em funções óbvias de ensino e investigação. Outra fonte clara e incontrovertida de empregos são as agências governamentais bem como os bancos de desenvolvimento, encarregados da formulação e execução da política econômica e financeira do Governo. Do lado das organizações privadas, existe um mercado também considerável e bem definido nas firmas de projetos e consultoria econômica.

²⁰ Cláudio de M. Castro, *op. cit.*, p. 182.

O grande percalço à avaliação do mercado para os economistas está nas empresas. Não há um acordo nem mesmo entre a amostra "elitista" do IDEG quanto às funções legítimas do economista dentro de uma empresa comercial ou industrial. Empresas de grande porte, naturalmente, têm departamentos de análise conjuntural e de definição de política e expansão. Nestes departamentos é clara a pertinência da formação oferecida nas Escolas de Economia. Sem embargo, mesmo nas poucas dezenas de empresas brasileiras muito grandes que se podem dar ao luxo desse tipo de serviço interno o número de pessoas absorvidas é relativamente pequeno. Afora esse caso simples, persiste o desencontro sobre as funções do economista nas empresas.

Neste trabalho tentamos mostrar que o que as nossas escolas ensinam à guisa de Microeconomia está muito distanciado do que seria necessário para a tomada de decisão ao nível empresarial. Ademais, a operação de uma organização privada, especialmente em países como o nosso, em que a tecnologia gerencial está muito atrasada, exige um nível de conhecimentos técnicos específicos de administração que está completamente fora da competência profissional do economista. Nesta categoria estariam áreas como administração da produção, de pessoal, de material, técnicas de controle, organização e métodos, custos industriais, controle orçamentário e outras. Desta forma, acreditamos estarem enganados aqueles que acreditam que há um mercado amplo para economistas nas empresas.

A ilusão de que a formação de economista é pertinente para um grande número e variedade de ocupações em empresas parece ter resultado da conjugação de diversos fatores: i) O relativo prestígio e promoção da profissão de economista,²¹ comparado com o relativo desconhecimento dos Cursos de Administração de Empresas (somente muito mais tarde regulamentados); ii) com raras exceções, as Escolas de Economia são de nível mais elevado e recrutam os melhores alunos, perpetuando assim um ciclo vicioso de diferenciação de qualidade. Desta forma, às vezes pode ser mais vantajoso contratar um economista mais capaz de aprender ao cabo de certo

²¹ Alguns alunos de Economia afirmam mesmo que escolheram esta carreira por ser "a profissão do momento".

tempo a executar as tarefas de um administrador. Analogamente, vinha sendo mais vantajoso em certos casos contratar engenheiros para aprender economia *on the job*;²² iii) persiste entre muitos economistas um otimismo injustificável quanto às possibilidades de operacionalização da Microeconomia, enquanto outros desconhecem que o currículo de Administração de Empresas é muito mais pertinente ao desempenho das funções administrativas e gerenciais dentro de uma empresa.

Note-se que não estamos falando de divisões administrativas ou legais do mercado, nem pretendendo que haja ou deva haver áreas estanques ou mercados sindicalmente protegidos. Perguntamos apenas se para esta ou aquela ocupação o treinamento mais adequado deva ser de economista ou de administrador de empresas. Tampouco falamos do que *poderia ser* o currículo de Economia. Tomamo-lo tal como é atualmente.

Nosso raciocínio leva à conclusão inevitável de que há um superdimensionamento no mercado dos economistas, tanto em termos do que ele é atualmente como do que se acredita que possa vir a ser no futuro. A fonte desse superdimensionamento seria o setor empresarial, onde acreditamos que os economistas estejam reivindicando posições que melhor seriam atendidas por pessoas que tivessem o tipo de conhecimento associado aos currículos de Administração de Empresas.

3.4 — O tamanho do mercado para os economistas

Afora os problemas já mencionados de definição do mercado legítimo para os economistas profissionais, existem naturalmente problemas de dados estatísticos. Não conseguimos obter informações a respeito dos graduados em Escolas de Economia trabalhando como economistas profissionais em organizações privadas.

A única informação que temos refere-se ao emprego no Setor Público Estadual e Federal em todo o País. Os dados foram com-

²² Para uma visão expandida deste argumento, *vide* nosso artigo "A Profissionalização do Administrador e o Amadorismo dos Cursos", in *Revista de Administração de Empresas* (março/abril de 1974).

pilados por Lima Júnior e F. Senna em um trabalho para o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.²³

As Tabelas 4 e 5 apresentam a distribuição de empregos de economistas, advogados, administradores e engenheiros no Serviço Público Federal e Estadual no ano de 1971. No caso do Serviço Público Estadual os dados somente incluem informações para oito Estados, embora constem também os empregos em universidades (não fica claro no texto se estão aí incluídas as universidades federais ou apenas as estaduais). As informações contidas nessas tabelas devem ser aceitas com grandes reservas. Os Estados escolhidos são de fato os mais importantes, mas são apenas oito. Por outro lado, devem estar sendo contados apenas aqueles que são oficialmente classificados como economistas no serviço público. Haverá muitos graduados em Economia que não são classificados como economistas e há muitos economistas em funções que preferiríamos não classificar como de "economistas profissionais". Não acreditamos, entretanto, que haja um *bias* claro e previsível; o número dos graduados que de fato trabalham como economistas profissionais sem de fato estarem assim classificados não será necessariamente maior do que o número dos economistas que trabalham em outras funções.

Examinando o número de economistas nas administrações estaduais e federal vemos amplamente confirmado o que afirmamos a respeito da estreiteza do mercado para ocupações em Economia. O Serviço Público Estadual empregava, em 1971, 1.321 economistas e, o Federal, 419.

Como mencionamos, esses são dados precários. Contudo, podemos proceder a alguns exercícios com esses números, e parece-nos que os resultados são bastante ilustrativos.

Suponha-se que, por problemas de classificação incorreta e por exclusão de Estados, o número de economistas no serviço público seja o dobro do que encontramos, ou seja, 3.480. Parece seguro

²³ Olavo Brasil de Lima Júnior e Júlio F. Senna, *Mercado de Trabalho de Nível Superior: Oferta e Demanda de Advogados, Engenheiros, Economistas e Administradores* (Rio de Janeiro, 1972), mimeografado. Este trabalho representa um grande e meritório esforço de coleta de dados e discussão metodológica. No entanto, por razões que desconhecemos, foi divulgado em uma versão que não pode ser considerada final.

TABELA 4

Número de profissionais de nível superior no Serviço Público Federal – 1971 – engenheiros, economistas, advogados e administradores

Profissionais	Administração Direta	Administração Indireta	Total
Engenheiros.....	1.330	1.527	2.857
Economistas.....	256	163	419
Administradores.....	869	1.315	2.184
Advogados			
1 — Assist. Jurídico.....	311	34	345
2 — Procurador.....	88	1.586	1.674
3 — Cons. Jurídico.....	19	—	19
Total.....	2.873	4.625	7.498

FONTE: Olavo Lima e Júlio F. Sena, *op. cit.*

dizer que este número é suficientemente grande para superestimar o número de economistas no serviço público exercendo funções que, em uma perspectiva otimista, possam ser consideradas compatíveis com a formação recebida.

Se considerarmos que o setor público constitui cerca de um terço da demanda de economistas profissionais, temos então um mercado de aproximadamente dez mil economistas para o Brasil. Este cálculo talvez exagere o mercado no sentido de que está incluída a administração indireta e pelo menos parte da universidade pública, no total de 3.480.

A escolha da fração um terço para a participação do setor público no mercado de economistas é inevitavelmente arbitrária. Baseia-se na opinião dos entrevistados do IDEG a respeito da estrutura do mercado. Segundo o nosso critério de definição de área de atuação de economistas profissionais, os entrevistados do IDEG superestimam o emprego nas empresas privadas. Nesse sentido, então, haveria mais uma superestimação do mercado para os economistas profissionais.

TABELA 5

Número de cargos existentes por categoria e Estado no Serviço Público Estadual: administração direta e indireta

Serviço Público Estadual	Administradores			Advogados			Economistas			Engenheiros						
	Total	Adm. Dir.	Adm. Ind.	Univer-sidades	Total	Adm. Dir.	Adm. Ind.	Total	Adm. Dir.	Adm. Ind.	Univer-sidades	Total	Adm. Dir.	Adm. Ind.	Univer-sidades	
São Paulo.....	79	36	35	8	1.652	1.054	589	9	170	6	164	--	4.001	1.027	2.113	861
Rio Grande do Sul....	84	25	20	39	389	154	74	161	383	77	150	156	1.228	519	378	331
Guanabara.....	230	190	40	--	453	400	53	--	50	45	5	--	914	640	274	--
Minas Gerais.....	200	85	100	15	534	339	129	66	259	29	162	68	1.132	280	610	242
Bahia.....	79	39	6	34	193	135	9	49	93	31	21	41	390	280	22	88
Pernambuco.....	14	12	2	--	205	57	35	113	142	6	21	115	478	83	232	163
Ceará.....	167	76	32	59	162	60	52	50	151	13	57	81	419	198	111	110
Paraná.....	6	6	--	--	296	254	--	42	73	22	--	51	115	64	--	51
Total.....	859	469	235	155	3.884	2.453	941	490	1.321	229	580	512	8.677	3.091	3.740	1.846

FONTE: Olavo Lima e Júlio F. Senna, *op. cit.*

Acreditamos então que dez mil seja uma estimativa otimista do mercado para economistas profissionais no Brasil.

Deve-se entender claramente que isso nada tem a ver com o mercado de empregos para graduados em Economia. Tratamos apenas de estimar grosseiramente o número de ocupações nas quais se compatibiliza a formação recebida e a natureza das tarefas a serem executadas. Como já dissemos, graduados em Economia recebem uma formação geral pertinente a um grande número de atividades para as quais nem sempre faz sentido um curso ou currículo específico a nível de graduação (diplomacia, jornalismo econômico, administração pública, etc.); este é naturalmente um mercado potencial para os graduados. Por outro lado, o que para nós e outros economistas transformou-se em *cause célèbre*, os graduados podem obter empregos para os quais a preparação mais adequada não está compreendida no currículo das Escolas de Economia. Referimo-nos às posições de administração e gerência. A disponibilidade e dimensão deste mercado para os graduados em Economia estará no futuro inversamente relacionada à melhoria de qualidade das Escolas de Administração de Empresas. Como uma observação adicional que se poderia tirar dos dados que examinamos, podemos notar que a estrutura do emprego no Serviço Público Estadual (Tabela 5) ilustra a natureza acadêmica e restrita da Economia como profissão. Comparando o número de profissionais operando no seio da administração pública com o número que tem posições nas universidades, existe na administração direta três vezes mais administradores, cinco vezes mais advogados e 50% mais engenheiros. Em contraste, há duas vezes mais economistas nas universidades do que no serviço público direto.

4 — Os Cursos de Economia

4.1 — A estrutura dos currículos

Nesta seção examinaremos algumas características dos Cursos de Economia usualmente oferecidos no Brasil. A ênfase será na estrutura dos currículos e cursos. As características das escolas, métodos

de ensino e nível de qualificação dos professores não puderam ser adequadamente analisadas por falta de informações convenientes, embora sejam aspectos da maior importância.

Examinamos currículos, estrutura de cursos e bibliografia de oito Escolas de Economia da Guanabara, uma no Estado do Rio (Universidade Federal Fluminense), uma em Minas Gerais (Universidade de Minas Gerais) e uma em São Paulo (Universidade de São Paulo).

Afora a estrutura de currículos, não foi em geral fácil obter informações adicionais das faculdades. As razões foram as mais variadas e não parecem ter quase nada a ver com a excelência do ensino oferecido, entidade mantenedora (pública/privada) ou idade da escola. Em algumas houve má vontade da administração, em outras receio de revelar informações que pudessem ser comprometedoras e também ausência de infra-estrutura organizacional que permitisse gerar as informações sem grande esforço. Com o exíguo tempo disponível para a coleta de dados, era inevitável que as informações disponíveis para esse trabalho fossem deficientes.

Foram, portanto, incluídas praticamente todas as faculdades da Guanabara e mais a melhor faculdade dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente. Como algumas escolas da Guanabara oferecem um ensino bastante deficiente, mesmo comparadas com faculdades de outros Estados menos prósperos, podemos considerar a nossa amostra como incluindo uma ampla gama de escolas, embora estejam exageradamente representadas as escolas de melhor nível.

Tabulados os currículos das faculdades examinadas, foram divididas as matérias em seis grupos. No Grupo I estão as matérias de teoria econômica geral. No Grupo II estão as matérias de formação histórica. No Grupo III matérias de Economia a um nível já especializado. No Grupo IV matérias de outras disciplinas correlatas à Economia. No Grupo V matérias de Administração de Empresas. Finalmente, no Grupo VI encontramos matérias instrumentais, metodológicas e de métodos quantitativos.

No Grupo I, não só em virtude da própria natureza do curso, como das exigências do currículo mínimo, praticamente não há variação entre escolas; todas oferecem a dieta convencional de Introdução à Economia, Análise Micro e Macroeconômica, embora

possa haver ligeiras variações nos títulos da cadeira. Economia Matemática aparece em apenas dois currículos. Ao contrário do que parece, isto provavelmente não representa uma orientação mais matemática, já que em muitas das escolas os cursos de Teoria Econômica são dados já com um enfoque (e textos) matemático.

No Grupo II, tampouco há variância: História Econômica e História do Pensamento Econômico ocorrem em todos os currículos.

No Grupo III observamos muito maior flutuação nos programas. Desenvolvimento Econômico, Comércio Internacional, Planejamento Econômico (ou Política e Programação Econômica), Finanças Públicas, Análises de Projetos, Teoria e Política Monetária estão em praticamente todos os currículos. Algumas são cadeiras tradicionais, como Comércio Internacional e Teoria Monetária. Finanças Públicas é também um título tradicional nos currículos, embora o conteúdo dos cursos se modifique, perdendo o seu caráter jurídico-administrativo e adquirindo maior conteúdo analítico-econômico. Desenvolvimento Econômico, Planejamento e Projetos são cadeiras relativamente mais novas nos currículos, mas pelo menos em nossa amostra já não constituem novidade.

Sistemas Econômicos Comparados e Estruturas das Organizações Econômicas são cadeiras tradicionais que, a julgar pelos currículos da nossa amostra, estão perdendo o prestígio. Trata-se de cadeiras onde se tenta examinar as características e avaliar os méritos relativos de diferentes sistemas político-econômicos. Esse tipo de exercício intelectual está, nos dias que correm, um pouco esmorecido no País.

Existem, além disto, cadeiras oferecidas apenas por uma ou outra faculdade, como Teoria do Investimento, Teoria e Política Fiscal, Economia Agrícola e Economia Regional.

No Grupo V incluímos todas as disciplinas que estão próximas disciplinas, tradicionalmente incluídas no currículo de Economia, tais como Sociologia, Geografia Econômica e Direito; Ciência Política é uma alternativa nova oferecida apenas por uma faculdade.

No Grupo V incluímos todas as disciplinas que estão próximas do currículo profissional de Administração de Empresas. Introdução à Administração e Contabilidade são tradicionais há muito tempo. Análise de Mercado é uma cadeira recente nos currículos, já apa-

recendo em mais da metade das faculdades. Por outro lado, Análise de Balanços, uma presença obrigatória nos currículos de uma década atrás, está simplesmente ausente em nossa amostra. A troca de Análise de Mercados por Análise de Balanços representa uma mudança no sentido de preparar os alunos mais como economistas e menos como administradores de empresas, já que Análise de Mercado é a rigor uma cadeira de Economia; somente foi incluída no Grupo V para demonstrar que, ainda quando superestimado, este grupo permanece e é residual no programa de Economia. Mercado de Capitais, Finanças das Empresas e Custos são cadeiras nitidamente de Administração de Empresas, sendo no entanto raramente oferecidas nos cursos de Economia.

O currículo modal inclui então três cursos na área de Administração de Empresas, embora algumas escolas ofereçam mais uma cadeira. Comparado com a carga maciça de cadeiras de Economia, isto sugere que não só a estrutura dos currículos mínimos mas também as congregações e departamentos encarregados de planejar as variações sobre esse currículo estão mais preocupadas em montar um currículo de Economia moderno e harmônico do que compatibilizar a formação dos seus alunos com a sua provável ocupação em alguma empresa industrial ou comercial. O exame sugere que tanto em sua parte comum como nas cadeiras opcionais os currículos são fiéis à noção do economista como um indivíduo que irá trabalhar em pesquisa, planejamento ou ensino. Este não é um currículo para gerentes, executivos ou *decision-makers*.

No Grupo VI encontramos matérias como Matemática, Estatística, Econometria e Contabilidade Social, que estão presentes em praticamente todas as escolas. Programação Linear somente aparece em uma escola, mas Pesquisa Operacional parece ter grande popularidade atualmente. Lógica, Metodologia, Métodos e Técnicas de Pesquisa e Processamento de Dados são oferecidos apenas em uma ou outra faculdade.

4.2 — O que lêem os estudantes de Economia

Para uma noção mais clara do conteúdo dos cursos, tentamos levantar a bibliografia básica de cada cadeira. Apenas coletamos infor-

mações sobre as cadeiras mais importantes do curso, mas ainda assim devemos chamar a atenção para uma ambivalência na natureza das respostas. Em alguns casos, a bibliografia foi obtida do programa, incluindo um número desconhecido de obras que, de fato, os alunos não consultam durante o curso. Em outros, a bibliografia foi obtida em entrevistas com alunos, sendo neste caso mais resumida, além de depender das preferências dos informantes.

No curso introdutório de Economia, a liderança absoluta está com Samuelson e Castro & Lessa, seguido por Barre. Na realidade, é bastante aceitável a combinação de um livro analítico e quase técnico como o de Samuelson com o enfoque institucional e estruturalista de Castro & Lessa. O texto de Barre, já perdendo um pouco da popularidade que teve há alguns anos, pode ser considerado uma combinação dos dois enfoques. Nos livros restantes, observamos apenas dois de origem francesa e um de orientação "cepalina-estruturalista"; os outros representam a linha anglo-saxônica de orientação analítica e neopositivista. Isso certamente representa uma mudança com relação a uma década atrás, quando a orientação institucional e descritiva de origem francesa predominava.

No Curso de Microeconomia as preferências estão um pouco mais divididas, embora Henderson & Quandt e Stoiner & Hague ainda estejam à frente de Leftwich, Baumol, Stigley e Bilas, além de outros menos freqüentes. A orientação, entretanto, é absolutamente monolítica. Todos os livros citados mais de uma vez compartilham o mesmo esquema convencional de análise marginalista, curvas de indiferença, rarefação institucional, apresentação matemática e/ou geométrica e um mínimo de espaço para situações menos elegantes porém mais complexas e realísticas, tais como oligopólio e concorrência monopolista. Conforme já mencionamos anteriormente, o conteúdo desse curso caracteriza a orientação dos programas de Economia.

Em Macroeconomia, Ackley é o texto mais popular, seguido de Dernburg & McDougall, Shapiro e Brooman. É interessante notar que a linha keynesiana predomina, não sendo em nenhum caso ameaçada pela corrente monetarista de Friedman, em termos de indicação bibliográfica.

No curso de Moeda e Bancos, a liderança ainda está com Gudin, seguido por Hansen. Apesar de menor convergência dos autores indicados, a linha teórica seguida é nítida e univocamente keynesiana.

Nos Cursos de Estatística e Econometria, o autor mais frequentemente indicado é Johnston, seguido de Spiegel e Serpa Costa (autor e professor em duas das faculdades investigadas). Tudo indica que em Estatística é menos comum o uso de livros-texto, valendo-se os alunos mais frequentemente de notas de aula.

Em Economia Internacional, Kindleberger e Ellsworth são os autores mais indicados. De resto, esses são textos muito populares nos Estados Unidos, seu país de origem.

Apresentamos abaixo as observações gerais sugeridas pelo exame dos títulos indicados:

i) As obras recomendadas para leitura sugerem, com relação aos professores, a mesma coerência e homogeneidade de formação que notamos na estrutura de currículos. Há uma clara tendência neopositivista e analítica na estrutura dos cursos, orientada claramente pelo pensamento econômico inglês e americano. Somente nos cursos introdutórios nota-se a presença de uma visão mais institucional. É preciso, entretanto, advertir que apenas examinamos as cadeiras centrais do curso. Outras tendências poderão emergir em cursos mais especializados, mas suspeitamos que isso não chega a mudar a tônica do curso. Parece clara a influência da formação norte-americana de grande número de economistas que nos últimos anos regressaram do exterior.

ii) Esta marcada influência do pensamento inglês e americano deve explicar a indicação de grande número de obras em inglês (exceto no curso introdutório) e o predomínio absoluto dos títulos ingleses traduzidos. Os autores franceses indicados já estão todos traduzidos. Isto mostra que, embora ainda sejam utilizados alguns textos franceses, não são sugeridos para leitura livros novos, ainda na língua original francesa.

iii) Em termos do que tentamos caracterizar como sendo as funções legítimas de um economista, somos de opinião que na sua grande maioria as indicações bibliográficas são boas, incluindo os

livros-texto clássicos e de maior sucesso. Isto é muito mais do que se podia dizer há alguns anos, quando nesses mesmos cursos básicos mencionados usavam-se apostilas precárias, anotações de aula, textos obscuros ou francamente deficientes. Note-se que tratamos apenas da escolha de textos e da orientação dos cursos tal como refletidas pela bibliografia; nada foi dito quanto à competência dos alunos ou professores e ao ambiente escolar.

iv) Tal como poderíamos esperar em nível de graduação, não são em geral indicados para leitura artigos em periódicos, exceto quando reproduzidos em forma mimeografada ou em antologias. Embora em escolas de melhor nível seja interessante iniciar o aluno na leitura de artigos, o tamanho das turmas torna problemática esta orientação, exceto em trabalhos individuais.

v) Considerando o nível modal das turmas, os textos indicados parecem ser muito difíceis, fazendo prever um aproveitamento deficiente. Talvez algumas escolas estejam tentando imitar a bibliografia de escolas melhores e mais seletivas, com resultados provavelmente nefastos. Henderson & Quandt, Ackley, Baumol e outros são textos usados em pós-graduação nos Estados Unidos; um aproveitamento razoável com esses textos só pode ser esperado em turmas de graduação altamente qualificadas. Observação e conversa casual com alunos indica que a compreensão desses textos é inaceitavelmente superficial, cingindo-se à memorização de fórmulas e demonstrações. Aventuramo-nos a sugerir que as escolas sejam mais realistas com relação ao potencial dos seus alunos e professores, indicando livros mais em linha com suas limitações.²⁴

vi) Parece haver uma tendência crescente para as apresentações matemáticas de quase todos os tópicos da teoria econômica. Pessoalmente, julgamos que isto tende a criar no aluno uma identificação de Economia com derivada parcial. Sem subestimar em absoluto a importância do rigor matemático, acreditamos que seja necessário um embasamento nos fundamentos do raciocínio econômico e o desenvolvimento de maior sensibilidade crítica para a importância

²⁴ Há mesmo uma faculdade, uma das mais fracas do Estado, onde o texto introdutório é o de Simonsen, escrito para nível de pós-graduação.

das instituições e das hipóteses simplificadoras adotadas. Nesse sentido, julgamos algo prematuro passar do texto introdutório para manuais do tipo Henderson & Quandt, que são matematicamente sofisticados e economicamente ingênuos.

vii) A medida que observamos escolas de nível mais fraco há maior tendência para a prática de aulas ditadas e ausência de textos adotados. No entanto, no extremo inferior do espectro das faculdades notamos uma reversão nesta tendência. Como o grau de absentismo às aulas é assustador, os alunos necessitam de um texto para poderem preparar-se para as provas.

5 — Os alunos de Economia: a oferta de mão-de-obra

5.1 — Características e aspirações dos futuros economistas

Em qualquer sistema educacional é quase um truismo dizer que o elemento mais importante é o aluno. Em um período curto de alguns anos, é relativamente limitado o que a escola pode fazer pelo estudante; de outro lado, o processo de seleção educacional cria níveis, camadas e grupos de alunos muito distintos em termos de qualificações, configuração geral da personalidade e atitudes. O conhecimento do material humano que se encaminha para os cursos de economia é vital para a compreensão do processo educacional e das perspectivas do mercado dos formandos.

Não há realmente muita informação desse tipo disponível a nível desagregado por curso superior. Neste trabalho valemo-nos de uma pesquisa realizada por alguns alunos do terceiro ano de Economia da Universidade do Rio de Janeiro.²⁵

Na fase inicial, foram pesquisados os candidatos ao vestibular de Economia dos dois maiores cursos pré-vestibulares da Guanabara. De vez que os cursos mantêm seções nas zonas norte e sul, centro e subúrbios, foi possível uma cobertura geográfica satisfatória. Foi

²⁵ Agradecemos aos autores Luiz Américo Costa e Maria da Conceição de Jesus a gentileza de nos permitir usar seus resultados.

tomada uma amostra aleatória estratificada por turno e localização, cobrindo 10% do universo (no caso, 74 questionários). Esta amostra infelizmente é muito pequena.

Observou-se que 77% dos alunos antes de pretender estudar Economia haviam pensado em seguir outra carreira. Engenharia, com 42% das respostas, era a carreira que gostariam realmente de exercer.²⁶ Apenas 14% gostariam realmente de ser economistas, a mesma proporção dos que gostariam de estudar Medicina.

Estes alunos deixaram de se encaminhar para as carreiras mais desejadas porque: i) tinham medo de certas matérias, como Física e Química; ii) temiam a grande concorrência em outras carreiras (Medicina e Engenharia); iii) percebiam a relativa facilidade dos vestibulares de Economia, com amplo número de vagas; iv) tinham pouca disponibilidade de tempo para estudo; e v) no caso de trabalharem, necessitavam de um curso noturno, inexistente em Medicina e Engenharia. Cerca de 20% já haviam tentado outro vestibular anteriormente. Um terço deles em Economia. Dos candidatos entrevistados, 42% não sabiam quais as funções que um economista profissional pode exercer. Dentre as funções mais citadas (por ordem decrescente de frequência) encontravam-se: planejamento, administração, gerência, direção de empresas, levantamento estatístico e serviços contábeis. Verificamos então claramente que quando algum tipo de função para o economista é percebido, este se encontra geralmente em áreas de Administração de Empresas.

Com relação às perspectivas futuras, 34% não têm nenhuma informação sobre o curso que vão fazer, 41% esperam encontrar faculdades de má qualidade, 20% razoáveis e apenas 4% boas. Em outras palavras, os candidatos não são atraídos pela Economia, mas repelidos de outras carreiras. Metade acha que não vai ser fácil obter emprego, devido à saturação do mercado e porque “depende das relações pessoais” e “diploma só não abre portas”. Dos 43% que acham que vai ser fácil obter emprego, as respostas em geral se justificam por promessas de emprego e “pistolão”. É interessante notar que a visão que têm do mercado de trabalho é estritamente “particularista” e “descritiva”. Tais orientações valorativas (*value*

²⁶ Economia, 14%, Engenharia, 42%, Medicina, 14%, Outras, 18%, e “não sabem”, 11%.

orientations) são altamente indesejáveis em uma profissão que deve corresponder à elite científica ou, na pior das hipóteses, à tecnocracia do País.

Cerca de um terço dos vestibulandos trabalha, geralmente, em funções de escriturários, funcionários de bancos, repartições e corretoras.

Vemos então que os candidatos ao vestibular de Economia chegam afugentados pelas dificuldades de outras carreiras e atraídos pela conveniência dos cursos noturnos. Não sabem o que faz um economista ou, quando informam, dão respostas erradas ou vagas. Não esperam que as escolas sejam boas e nem que seja fácil obter emprego. Sua visão do mercado profissional é tradicionalista e não dão em geral crédito aos mecanismos de seleção por mérito ou esforço.

Para as seis faculdades de Economia da Guanabara incluídas na pesquisa, também uma amostra estratificada de 10% foi utilizada. A estratificação foi por faculdades e por série, atingindo o número total de 229 questionários aplicados, apenas em alunos do segundo e quarto ano. A escolha dessas séries prendeu-se ao empenho de avaliar a evolução das atitudes dos estudantes durante o desenrolar do curso.

Os estudantes são em geral do sexo masculino (73%), têm menos de 25 anos (50%) e são nascidos na Guanabara (61%), mostrando que os cursos de Economia do Estado não se caracterizam por atrair gente de fora. Embora haja duas faculdades na zona sul, contribuindo apenas com 16% dos alunos, e três faculdades no centro e uma na zona norte, contribuindo com o restante, podemos observar que 48% dos alunos residem na zona sul. Vemos, assim, que a clientela das escolas não segue a sua distribuição geográfica. Os alunos da zona sul, de origem social em geral mais elevada, estão super-representados, mostrando assim que freqüentam escolas do centro e da zona norte.

† Dos alunos que entraram para a faculdade, 29% já haviam antes enfrentado outro vestibular. A proporção é ainda maior no caso das escolas particulares, que, em média, são de nível inferior ao das estatais. Dos que já haviam feito vestibular, 20% haviam tentado

Engenharia. Notamos aí que, comparados com os vestibulandos, um número considerável (metade) desiste de Engenharia sem mesmo fazer o vestibular.

Com relação à carreira que realmente gostariam de seguir, 62% indicaram carreiras diferentes de Economia, sendo Engenharia a mais citada. As razões da mudança de orientação são bastante semelhantes às aquelas apresentadas pelos vestibulandos: fuga de outros cursos mais difíceis e possibilidade de cursos à noite. Nas palavras dos autores do trabalho, "Economia parece ter-se tornado um desagradado de ambições reprimidas e frustrações".

Quando perguntados quanto aos profissionais que no momento o Brasil mais precisa, Medicina, seguida de Engenharia, foram as primeiras escolhas de 62 e 52 entrevistados. A segunda escolha recaiu predominantemente em Engenharia (61 respostas), sendo Medicina e Economia também bastante indicadas (34 e 33 respostas). Na terceira escolha a resposta modal foi Economia (37 respostas), estando as restantes mais homogeneamente distribuídas. Vemos, assim, que as respostas típicas são Medicina, Engenharia e Economia, nesta ordem.

Dos entrevistados, 40% "não souberam responder ou responderam de forma a indicar que não sabiam quais as funções de um economista" (42 da segunda série e 35 da quarta). "Conversando com aqueles alunos, pode-se ver que, com efeito, a noção que têm da profissão é bem vaga. A percentagem é maior nas faculdades particulares, à exceção da PUC".

Por ordem de frequência, as funções do economista mais citadas são: planejamento (em âmbito governamental e empresarial), análise financeira, assessoria financeira, consultoria técnica e elaboração de projetos, estudos de viabilidade econômica e financeira, análise de mercado, administração, gerência e direção de empresas.

Como se podia esperar, há maior diferenciação e especificidade, em relação aos vestibulandos, embora persistam as distorções que identificam Economia com Administração.

Cinquenta e nove por cento dos segundanistas acham que será difícil obter outro emprego, subindo esta proporção para 73% no

caso dos quartanistas. Aumenta a consciência das dificuldades de mercado à medida que se aproxima o fim do curso.

Vinte e seis por cento dos segundanistas estão “insatisfeitos” ou “muito insatisfeitos” com o curso, subindo esta proporção para 45,5% no caso dos quartanistas.

A desagregação por faculdade, desta pergunta e de outras não mencionadas neste trabalho, confirma uma observação que havíamos feito entrevistando pessoalmente alunos de Economia: o grau de satisfação é mais elevado exatamente nas escolas de nível mais baixo. Ao que parece, as melhores escolas tendem a atrair alunos com nível de aspirações muito mais elevado e que se decepcionam mais freqüentemente do que os que vão para escolas de nível mais modesto.

Cerca de dois terços dos alunos diurnos trabalham, além de estudarem (nesta classificação o estágio não foi considerado como trabalho). Praticamente a totalidade dos que estudam à noite trabalha. Desta forma, podemos caracterizar o estudante de Economia como alguém que não dispõe de todo o seu tempo para o preparo profissional.

O estágio é considerado indispensável ou importante por 90% dos alunos. Isto significa que a maior parte dos estudantes não julga necessário todo um dia de trabalho para a preparação profissional de estilo estritamente acadêmico. A vivência profissional do estágio é vista como mais importante do que leituras e trabalho individual. Possivelmente, também, os contatos e possibilidades para emprego futuro estariam consciente ou inconscientemente influenciando as respostas.

Em um sistema escolar onde quase todos trabalham, provavelmente o nível de exigência acadêmica é mais modesto e as aspirações intelectuais dos estudantes se ajustam às demandas do curso. Em parte, também, esta glorificação do estágio pode estar resultando de uma percepção incorreta do caráter científico e acadêmico da Economia; muitos alunos estariam à busca de uma “prática” que seria fundamentalmente diferente e mais agradável do que os modelos “teóricos” ensinados na faculdade.

Transcrevemos aqui na íntegra as principais conclusões a que chegaram os autores do relatório, baseados não só nos questionários mas também em sua vivência de pesquisa e de estudantes:

- i) Total desvinculação entre o curso e a realidade, dificultando a integração do aluno formado na profissão.
- ii) Agravando este aspecto, o desentrosamento entre a universidade e as empresas e órgãos governamentais, o que torna problemática a obtenção de estágios.
- iii) O baixo nível da maioria dos professores, em termos de conhecimentos didáticos.
- iv) O excesso de cadeiras de cultura geral, em detrimento das cadeiras técnicas, quando devia suceder o inverso.
- v) Excesso de teorias também nas cadeiras técnicas, distanciando o estudante dos fatos concretos com que irá trabalhar.
- vi) A desintegração dos currículos, não permitindo uma visão coerente e abrangente de toda a Economia.
- vii) Falta de assistência aos alunos.
- viii) Turmas excessivamente grandes, em algumas faculdades.
- ix) Insuficiência das bibliotecas.
- x) Resumindo, academicismo, indefinição e irrealismo.

Como sumário próprio, que não concorda integralmente com o dos autores dessa pesquisa, podemos dizer que as Faculdade de Economia recebem alunos de nível medíocre (com inúmeras exceções, naturalmente) e que pouco sabem o que esperar da futura carreira. Sabem apenas que as escolas não são boas e que tampouco é fácil o mercado de trabalho. Decidem-se por Economia devido à necessidade de trabalhar ou porque as outras carreiras (Engenharia e Medicina) têm vestibulares difíceis. Alguns só conseguem entrar na faculdade depois de tentarem outro vestibular. Estão em geral pouco satisfeitos com o ensino recebido e, apesar de terem uma

idéia um pouco melhor do que poderão fazer como profissionais, ainda assim confundem as funções do economista com as do administrador de empresas. Quase todos trabalham durante o curso e o nível de exigência acadêmica é baixo, de tal forma que vêem no estágio uma parte indispensável da sua formação profissional; o estudo em tempo integral, portanto, não é contemplado como uma alternativa legítima.

5.2 — O crescimento na oferta de economistas

Nesta seção tentaremos dar uma idéia sumária da evolução das matrículas e conclusões de Curso de Economia, apresentando também, para efeito de comparação, algumas estatísticas de Engenharia, Direito e Administração de Empresas. Os dados foram compilados do Anuário Estatístico de 1971 e referem-se a 1969 e 1970 (Tabela 6).

Em 1970, formaram-se 6.321 advogados, 7.846 engenheiros, 3.413 economistas e 1.031 administradores de empresas. Não temos dúvidas quanto às dificuldades de emprego dos seis mil advogados, mas não é sobre isso que estamos escrevendo. O fluxo de três mil e quatrocentos economistas é que não vemos como ser absorvido em um mercado que, com hipóteses generosas, foi avaliado em dez mil (estoque de posições disponíveis). Isto significa que *a produção anual de menos de três anos preencheria todas as vagas*.

Em 1970, já havia 86 Escolas de Economia operando. Tudo indica que este número já seja hoje consideravelmente superior. A matrícula tem crescido na última década a uma taxa anual calculada por Senna e Olavo Brasil em 15,5%. Isto indica que os problemas de desequilíbrio entre oferta de graduados e demanda de “economistas profissionais” devem tornar-se cada vez mais sérios. Não podemos imaginar um mercado tão estreito e bem caracterizado expandindo-se a taxas tão elevadas.

O número de administradores é modesto (cerca de mil ao ano). O mercado sem dúvida é muito amplo e flexível. Entretanto, os administradores têm sempre que enfrentar a concorrência dos graduados em Economia que disputam aproximadamente o mesmo mercado, com mais prestígio e melhores escolas.

TABELA 6

Ensino superior: cursos, matrícula e conclusão de curso

Cursos	Matrículas 1969	Conclusão do Ano Anterior	Número de Cursos 1970	Matrículas 1970	Conclusão do Ano Anterior
Administração de Empresas.....	6.486	629	42	11.844	1.031
Economia.....	16.943	3.020	86	19.710	3.413
Direito.....	60.525	6.274	97	71.236	6.321
Engenharia.....	36.474	6.529	200	41.896	7.846

FONTE: IBGE, *Anuário Estatístico, 1971.*

6 — Conclusões

Na parte inicial deste trabalho mostramos que existem ramos de conhecimento, como Engenharia, Medicina, Contabilidade e Administração de Empresas, para os quais correspondem profissões de ampla demanda, onde se aplicam diretamente os conhecimentos adquiridos nas faculdades. Ao lado destas, existem outras ciências em que o conhecimento adquirido, embora útil e importante, praticamente só encontra aplicação em pesquisa e ensino, ou seja, na expansão e transmissão desse conhecimento. Matérias como Economia se encontram em uma posição intermediária, admitindo “praticantes” em um mercado muito estreito.

No caso de uma Ciência Social, como Economia, não encontramos a mesma diferença óbvia entre o nível de conhecimento e a estrutura de personalidade dos cientistas e dos praticantes, tal como esperaríamos encontrar, por exemplo, nas Ciências Naturais. O caráter precário e sugestivo das Ciências Sociais, causado pela multiplicidade de variáveis envolvidas e os componentes aleatórios do comportamento humano, faz com que o profissional que trabalhe em algum legítimo emprego de economista tenha de possuir um alto nível de competência técnica, imaginação e bom senso.

Estes são traços de pesquisador e não aqueles que descreveriam as características mais desejadas em um “praticante”, como um engenheiro ou médico. Sem embargo, são exatamente estes os traços indicados por uma amostra de economistas de competência notória e bem ajustados profissionalmente, confirmando, assim, que pouco diferem os produtores e os consumidores de teoria econômica.

Examinando o conteúdo dos cursos usualmente oferecidos sob o título de Microeconomia, tentamos mostrar que, embora existam muitos assuntos que possam ser enquadrados nesse título, as Escolas de Economia oferecem uma versão muito padronizada desses cursos, utilizando inclusive material didático muito semelhante. Nesses cursos trata-se de desenvolver modelos – mais no sentido neoclássico de *tool kit* do que de fórmulas operacionalizáveis – para analisar a firma ou o consumidor de fora para dentro. Embora os esquemas possam ser relevantes para entender o funcionamento do sistema, como instrumentos para tomada de decisão dentro da firma são inteiramente inúteis. A nível das situações concretas, onde as decisões têm que ser tomadas, o ruído das instituições e do comportamento individual exige um tipo de teorização diferente.

É possível que em futuro próximo o uso de computadores, matemática aplicada e nova teorização econômica nas ciências do comportamento possam levar a versões sofisticadas e operacionalizáveis da Microeconomia. Por enquanto, existem princípios de *managerial economics*, um pouco pretensiosos e deselegantes, mas que apesar de mais operacionalizáveis a nível de firma individual não são ensinados nas Escolas de Economia, ficando o seu uso restrito às Escolas de Administração de Empresas.

A amostra de economistas entrevistados indicou que o setor governo absorveria cerca de 30% do mercado e o setor financeiro 20%. Na definição do mercado dos economistas, a fronteira com a Administração de Empresas é nebulosa e controvertida. Embora indicassem apenas 30% do mercado para economistas que estivessem no setor empresarial, quando perguntados sobre possíveis especializações para os economistas e também a respeito de tarefas efetivamente executadas, os entrevistados indicaram uma proporção muito maior de áreas onde, por nossos critérios, o currículo de Administração permitiria uma formação mais adequada.

Contrastando a opinião desses entrevistados e a sua própria estrutura ocupacional com uma pesquisa de *follow-up* de graduados em uma Faculdade de Economia de excelente reputação, podemos imediatamente vislumbrar as distorções existentes na estrutura de emprego dos graduados. Cerca de 70% ocupam posições classificadas como de economistas. No entanto, apenas a metade executa tarefas para as quais foi treinada, isto é, compatíveis com a formação profissional recebida. Ademais, estes economistas gostariam de ter tido mais Cursos de Administração na faculdade, sugerem cursos de Administração para serem incluídos no currículo e usam livros de Administração em seu trabalho. A amostra além de tudo subestima grosseiramente o número de economistas trabalhando como administradores em empresas comerciais e industriais. Uma amostra representativa da situação nacional indicaria uma fração muito menor do que a metade dos graduados trabalhando, de fato, como economistas profissionais.

A oferta de economistas cresce rapidamente e tudo indica que esteja sendo absorvida na área empresarial, onde acreditamos que a formação convencional de administrador de empresas prepara melhor para as funções gerenciais típicas e numerosas existentes na organização. Especialmente em países como o Brasil, a tecnologia administrativa é bastante deficiente e uma formação técnica em Administração é mais indicada do que o que os economistas aprendem que é "cultura geral" para ocupações dentro da empresa.

A ilusão de que a formação de economista é relevante para um grande e variado número de ocupações nas empresas parece ter-se originado do prestígio relativamente elevado da profissão e de um otimismo injustificado quanto às possibilidades de operacionalização da Microeconomia.

Uma terceira razão, não menos importante, é a melhor qualidade das Faculdades de Economia. Sendo uma carreira mais antiga, é bastante natural que o ensino de Economia tenha evoluído mais. Sem embargo, a política generosa de bolsas de estudo na área da Economia e a sua relativa escassez em Administração parece ter criado um desequilíbrio na oferta de professores competentes nos dois cursos. Esse desequilíbrio é acentuado por diferenças ou peculiaridades das profissões. O caráter especulativo e rarefeito da teoria

econômica faz com que os melhores profissionais gravitem em torno de institutos de pesquisa e universidades, onde melhor se aplicam seus talentos; são, assim, professores sempre disponíveis. Os administradores, por outro lado, de formação muito mais pragmática e operacional, são irreversivelmente atraídos para as empresas, de onde não saem, tornando-se difícil o seu recrutamento para as universidades. Completando o círculo vicioso, os melhores alunos geralmente buscam as melhores escolas, de tal forma que, em média, os estudantes de Administração têm um nível de habilidade e aspirações inferior ao dos economistas.

A partir de uma amostra de quase todas as faculdades da Guanabara e mais algumas de outros Estados, podemos ter uma idéia razoável dos currículos dos Cursos de Economia.

Comparando a carga maciça de cadeiras de Economia com, em geral, apenas três cadeiras na área de Administração de Empresas, podemos verificar que não só a estrutura dos currículos mínimos mas também as congregações e departamentos encarregados de planejar as variações sobre esse currículo estão mais preocupados em montar um programa de Economia moderno e harmônico do que em compatibilizar a formação dos seus alunos com a sua provável ocupação futura em alguma empresa. Os currículos são fiéis à noção do economista como um indivíduo que irá trabalhar em pesquisa, planejamento ou ensino e não em posições de gerência ou *decision-making*.

Examinando os livros indicados nos cursos centrais do programa (Introdução à Economia, Micro e Macroeconomia, Estatística, etc.) podemos notar a mesma homogeneidade de orientação que notamos nos currículos. Há uma clara tendência neopositivista e analítica na estrutura dos cursos, em contraste com a orientação mais descritiva e institucional, de influência francesa, que era mais comum há uma década. Fica patente a influência dos professores que receberam sua formação nos Estados Unidos.

Dentro desta orientação, as indicações bibliográficas são boas, incluindo os manuais clássicos e de maior sucesso nas grandes universidades americanas e européias, em oposição à precariedade e à má qualidade dos textos e apostilas utilizados anteriormente. Tal como em outros países, a orientação é cada vez mais matemática.

As escolas propõem-se a ministrar cursos modernos e atualizados e, a julgar pelos livros adotados, cursos extremamente difíceis e matematizados. Uma formação, enfim, compatível com a idéia que se tem de Economia como uma Ciência Social, exigindo material humano de alto nível e de orientação acadêmica e de pesquisador. É chocante o contraste entre esse perfil profissional desejado e aquele que nos sugere uma pesquisa feita entre alunos e vestibulandos de Economia.

Tudo indica que, com óbvias e notáveis exceções, as Faculdades de Economia recebem alunos de nível medíocre e que pouco sabem o que esperar da futura carreira. Da mesma forma que os alunos aprovados, os vestibulandos já sabem que as escolas deixam a descajar e que o mercado de trabalho é muito difícil. A escolha da Economia resulta ou da necessidade de conciliar trabalho e estudo, ou da dificuldade de outros vestibulares para carreiras que quase todos prefeririam, tais como Engenharia e Medicina. Os alunos de Economia freqüentemente confundem as funções de economista e a de administrador. Praticamente ninguém pensa no estudo em tempo integral como uma alternativa legítima, e o estágio é sempre considerado como a ocupação ótima para o tempo do estudante.

Temos, assim, um descompasso entre a pretensão dos cursos e a qualidade baixa dos alunos e das escolas. É difícil avaliar o corpo docente, mas a observação casual indica que já existe uma proporção nada desprezível de professores bons e dedicados, especialmente nas melhores escolas. Talvez exagerando um pouco, poderíamos dizer que *temos alguns professores bons, ensinando cursos muito difíceis para os quais somente uma minoria de alunos está preparada e apresenta um aproveitamento satisfatório*. Como não é política ou administrativamente viável reprovar proporções elevadas da turma, as exigências formais são modestas. Mas em termos de aprendizado o que se ensina nos cursos mais importantes parece ser didaticamente viável apenas para esse pequeno grupo. Quando passamos dos problemas de qualidade da educação e dos alunos para uma comparação do mercado de trabalho para economistas profissionais com o fluxo anual de formandos os resultados não são mais auspiciosos. Partindo de hipóteses grosseiras, mas superestimadas, chegamos a um mercado onde há dez mil posições para economistas profissionais. Comparando esse número com o fluxo de novos eco-

nomistas, podemos verificar que, em termos exclusivamente quantitativos, bastaria a produção de três anos para absorver todas as posições disponíveis. Supondo uma taxa constante de crescimento, podemos projetar o fluxo de novos graduados, obtendo resultados que nos permitem vislumbrar um desequilíbrio cada vez mais sério.

Provavelmente vai acontecer o que vínhamos observando no passado: um número muito pequeno de graduados será absorvido nas poucas vagas que se criam, enquanto para os restantes Economia será uma formação de "cultura geral". Na medida em que uma boa proporção dos graduados irá procurar empregos em empresas, o Curso de Economia será uma formação desaconselhável em vista da possibilidade de uma preparação mais específica e pertinente ao tipo de ocupação imaginado.

Em termos de recomendação de política educacional, existem duas possibilidades óbvias, ambas envolvendo uma modificação substancial do treinamento recebido: pode-se oferecer em caráter opcional uma dosagem generosa de Cursos de Administração de Empresas nos Cursos de Economia, de tal forma que teríamos a rigor duas faculdades, dois cursos e duas carreiras disfarçadas sob o mesmo nome, ou pode-se, de alguma forma, progressivamente transferir uma proporção substancial dos alunos de Economia para os Cursos de Administração, simultaneamente, melhorando a sua qualidade. A primeira solução é politicamente mais fácil e mais rápida, embora crie uma estrutura educacional um tanto estranha. A segunda é, em princípio, mais correta, embora envolva dificuldades administrativas e a reversão de círculos viciosos perpetuados por diferenças de *status* dos diplomas e imagens dos cursos e das profissões.

